

## POR QUE DEFENDER O PARLAMENTARISMO MONÁRQUICO?\*

*Gabriel Ferraz Martins\*\**

Sua Alteza Real Príncipe Dom Antonio,  
Senhoras e senhores,  
Boa tarde.

Foi com muita alegria que recebi o convite do amigo Dr. Rodrigo Dias para ministrar essa palestra nesse histórico I Encontro Monárquico Fluminense. Parabênz ao amigo e também ao Dr. Bruno Hellmuth, chanceler do Círculo Monárquico, pela concepção desse evento e pela iniciativa, bem como a todos que estiveram envolvidos na sua organização: membros da OIB, do CMRJ ou não. Faço votos para que se torne não só um evento anual, bem como que espalhe esse exemplo de organização.

Mas vamos direto ao assunto.

Esses dias, navegando na internet, encontrei um artigo bastante interessante num blog português. O autor, um cronista conhecido dentre os “monárquicos” – como são denominados os monarquistas em Portugal – reclamava da dificuldade de muitos em defender seu ponto de vista, muitas vezes caindo na justificativa fácil do “porque sim”. *Monarquista, por quê?* “Porque sim”. Ele, com base nisso, apelava aos “monárquicos” para que buscassem solidificar seu argumento e ele mesmo, dando o exemplo, pontuava em seguida as razões que justificariam sua defesa do ideal monárquico.

Por coincidência, quando recebi o convite para ministrar aqui, estava justamente meditando nisso. Não me recordo se havia lido o artigo naquele mesmo dia; fato é que aquilo ficou na minha cabeça. Por isso é que, quando fui questionado sobre o tema da minha apresentação, sugeri o referido assunto. Se os monarquistas brasileiros não sofrem desse problema, ao menos não é uma inverdade dizer que muitos têm dificuldade em defender, de maneira objetiva, esse ideal, caindo em uma série de problemas, como, por exemplo, o do saudosismo.

---

\* Palestra ministrada por ocasião do I Encontro Monárquico Fluminense, realizado na Cidade do Rio de Janeiro no dia 7 de outubro de 2017.

\*\* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É claro que não passaria de sonho esperar que todos os monarquistas fossem doutores no assunto. Todos nós estamos sujeitos ao erro, e, provavelmente, passamos por uma dessas fases, certamente sem nem mesmo perceber tal fragilidade em nossos discursos. Mas as dificuldades que se impõem a nós demandam que estejamos sempre alertas, preparados para combater os lugares-comuns construídos em torno da forma de governo monárquica.

O Brasil sofre de um déficit educacional seríssimo, e após tantos anos de República, mesmo ela tendo sido um verdadeiro fracasso, a ideia que a maior parte dos brasileiros fazem da Monarquia não é nada boa. Isso está ligado, por um lado, tanto a uma incapacidade de conceituar Estado e Governo (entender cada um como coisas distintas), quanto à própria ideia, de senso comum, de que a forma de governo monárquica não se identifica com a democracia. Os republicanos, se não tiveram sucesso com o regime, ao menos conseguiram desmoralizar a Monarquia perante os brasileiros.

Meu objetivo aqui, então, é trazer à tona essa reflexão, afirmando a necessidade dos monarquistas apresentarem uma defesa objetiva, consistente, e, no mais, pragmática do ideal monárquico, sobretudo numa leitura sintonizada com a modernidade, destacando o porquê de a Monarquia Parlamentarista poder ser uma saída para o Brasil.

Lancei uma exortação aos monarquistas, mas meu objetivo aqui é me dirigir a todos, e não apenas aos já se reconhecem como defensores desse ideal.

Para começar, então, cabe assinalar:

### ***O que não é Monarquia***

Acredito que você deve ter aprendido na escola – se é que alguma vez foi apresentado ao tema – que Monarquia se opõe a democracia, bem como a tudo aquilo que está associado à ideia de “republicano”. Você certamente já se deparou com referências do tipo: “político tal esteve em conversas nada republicanas com fulano de tal”, insinuando que o dito cujo, ou ambos, melhor dizendo, estavam provavelmente firmando alianças espúrias ou acertando alguma propina; agindo, enfim, contra a coisa pública. Creio eu que todos já conheçam a etimologia da palavra, que vem do latim *res publica*, que traduzido nada mais é do que “coisa pública”. República, assim, como adjetivo, carrega toda uma carga positiva, é associada a conceitos como ética, moral etc.

Inegavelmente, república tem, ao contrário da palavra monarquia, que vem do grego *mono arquia* e significa “governo de um só”, um significado extremamente positivo e poético. E mesmo que alguém desconheça o significado de ambas as palavras, faz imediatamente a associação dos termos no sentido etimológico de cada. Associa Monarquia à ideia de privilégio, ausência de democracia, e República a tudo que de bom há.

Ocorre que o termo república, quando foi cunhado por Cícero, grande orador romano, nada tinha de relação direta com a forma de governo republicana. Uma *res publica*, isso é, o regime da coisa pública, do bem comum, na acepção de Cícero, poderia existir tanto numa Monarquia quanto numa República. Nas Idades Média e Moderna, defender a coisa pública, promover a justiça e o bem comum eram obrigações do monarca. No século XVI, o termo é largamente utilizado com dois sentidos, até, no final do século XVII, ser desvirtuado de seu sentido original, e passar a ser identificado apenas com a forma republicana de governo.

Não vou aqui detalhar todo o processo de evolução das monarquias para justificar que hoje, na prática, a forma de governo monárquica nada tem a ver com a ideia de “governo de um só” (poderia, aliás, problematizar esse conceito mesmo na antiguidade, assim como o de absolutismo com base nos estudos mais recentes publicados a respeito<sup>1</sup>), tampouco necessito disso para provar que ela nada tem de incompatível com a democracia. O tempo infelizmente não me permite. Mas basta, para isso, lembrar que são monarquias países como Suécia, Dinamarca, Espanha, Noruega, Bélgica, Canadá, Reino Unido, Japão, dentre tantos outros que, situando-se na vanguarda da democracia, estão bem longe de serem países governados pela vontade de um homem só, ou onde o povo não tem voz, ou onde sua voz está em posição secundária. Nunca é demais lembrar os dados do Índice de Democracia mais recente, que apresenta monarquias ocupando, dos 10 primeiros lugares, 7 posições no ranking, sendo a maior democracia do mundo justamente uma Monarquia: a Noruega.<sup>2</sup>

Monarquia, portanto, não é antônimo de democracia. Pelo contrário, se dá muito bem com ela. República, por sua vez, também não é sinônimo de democracia. Sintomaticamente,

---

<sup>1</sup> Não existe poder ilimitado, conforme pressupõe o conceito de absolutismo. Em alguma medida, todo poder negocia com outras instâncias de poder para sustentar-se. Na Idade Moderna, formas antigas de privilégio sempre funcionaram como obstáculos ao poder central (a Igreja é um exemplo). O termo tem sido problematizado por estudiosos como categoria analítica, chegando-se à conclusão de que mais tem gerado mal-entendidos do que colaborado para a análise da formação do Estado moderno na Europa. António Manuel Hespanha, historiador português, autor de *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - séc. XVII* (Coimbra: Almedina, 1994), é um desses estudiosos.

<sup>2</sup> Dados do *The Economist Democracy Index 2016*.

dentre os 10 países menos democráticos do mundo, apenas um é uma Monarquia, segundo o mesmo índice. Curioso, não?

Ocorre que as monarquias demonstraram, ao longo da História, enorme capacidade de adaptação às mudanças. Para não deixar de existir, permitiram-se flexíveis, abrindo-se ao novo. As que não procuraram condicionar-se ruíram. Se por um lado, na contemporaneidade, a instituição monárquica fragilizou-se, vez que, ao assumir um viés mais moralista e menos político, passou a não ter mais direito ao erro, sob o risco de perder o apoio da opinião pública, fortaleceu, justamente em razão disso, a democracia.

O que Monarquia é, então, na realidade?

Para ser curto e grosso, Monarquia é a forma de governo em que um príncipe – isto é, o membro de uma dinastia<sup>3</sup> – reina vitaliciamente sobre um país. Uma monarquia pode ser eletiva ou não, mas o que marca esse tipo de regime é a vitaliciedade do cargo, e no caso das monarquias hereditárias, a transmissão da Chefia de Estado de pai para filho. Isso é monarquia, sinteticamente. E isso, como demonstram as monarquias citadas, não fere a democracia ou quaisquer direitos fundamentais, nem mesmo o princípio da igualdade, visto que o monarca é reconhecido como um ser humano como qualquer outro, apenas com uma função especial na sociedade pelo que de positivo ela pode trazer. Nas monarquias modernas, a soberania é popular, e a ela o monarca está sujeito, desde o momento que ascende ao trono, quando a Monarquia é confirmada pelo Parlamento, até o fim de seu mandato, que dura enquanto houver consentimento em torno de sua pessoa.

### **O que configura a superioridade do Parlamentarismo Monárquico?**

Em primeiro lugar, é importante dizer que compreendemos que *quanto mais dissolvido o poder, melhor*: por isso nossa opção pelo sistema parlamentarista, onde a divisão entre chefia de Estado e chefia de Governo torna o poder menos concentrado.

Para quem ouve isso pela primeira vez, e desconhece as propostas do movimento monarquista, pode soar estranho, até pela defesa que fazemos da ideia de Poder Moderador, geralmente tido como “um resquício absolutista enxertado na Constituição liberal de 1824”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Excetuam-se os casos do Vaticano – cujo monarca, mesmo que cardeal (Príncipe da Igreja), não pode ser considerado membro de uma dinastia – e de Andorra, diarquia governada pelo bispo de Urgel e o presidente da França.

<sup>4</sup> PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira: volume 2: Império*. São Paulo: Leya, 2016. p. 41 e 44.

Mas é bom que se diga, não defendemos aquela centralização que foi característica do regime imperial, tampouco que as atribuições do monarca brasileiro sejam, numa eventual restauração, exatamente as mesmas que as que ele tinha no século XIX, como, por exemplo, a de nomear senadores, ou mesmo a de exonerar livremente os ministros de Estado. Por um lado, entendo que a centralização foi importante para a conservação da unidade territorial do Brasil, e por isso nossos pais fundadores optaram pelo regime unitário de governo: as províncias viviam de maneira muito isolada umas das outras, a comunicação era precária; era crucial, para conservar a unidade daquele território que se compreendia como o Brasil, que houvesse um poder forte para evitar que o país se fragmentasse. Mas não é o Brasil do século XIX que queremos restaurar.

No que tange ao Poder Moderador, é ideia de um quarto poder reunindo as atribuições do monarca que nos atrai, e não que essas atribuições sejam exatamente as mesmas, porque os tempos mudaram e reconhecemos isso. Sobretudo, o que particularmente me atrai na ideia de Poder Moderador, fora o fato de ter sido criação original nossa, reside no fato dele exprimir essa função tão cara do poder real: a do monarca como moderador, árbitro do sistema político.

As pessoas muito desconhecem o que seria o poder real. A faculdade de governar, que no Parlamentarismo compete ao Chefe de Governo, é facilmente reconhecida. Governar é cuidar da administração do país, implantar políticas e projetos, investir os recursos do Estado. Mas e a de reinar, que a é do monarca, Chefe de Estado, qual é?

Assim como os romanos qualificavam o exercício do poder, eu costumo dizer – desde que fui apresentado à ideia<sup>5</sup> – que o poder real tem duas dimensões. À primeira chamamos de *auctoritas*, para designar o poder indireto que o monarca exerce. A outra seria a *potestas*, para designar o poder direto do monarca. As palavras vêm do latim e embora possa traduzir, prefiro indicar o significado. No direito romano, *auctoritas* é usada para indicar aquele poder que, segundo os dicionários, “advém de certa legitimação socialmente reconhecida, que procede de um determinado *saber*”. Seria o poder de autoridade, autoridade moral, mais especificamente. *Potestas* já teria a ver com o poder no sentido institucional, poder de fato, constitucionalmente escrito.

O poder indireto então seria aquele por meio do qual o monarca, pela presença moral e sabedoria política adquirida como Chefe de Estado suprapartidário e permanente, exerceria.

---

<sup>5</sup> Devo essa forma de qualificar o poder real ao amigo e historiador Gabriel Carvalho, que à ideia me apresentou tempos atrás.

E como ele exerce? Inspecionando, aconselhando, exortando e estimulando o Chefe de Governo e seus ministros nas questões administrativas, em zelo pela coisa pública. É o que a Rainha Elizabeth, por exemplo, faz todas as semanas, quando tem de se encontrar com o primeiro-ministro e ele a informa de como anda conduzindo a administração do país. Esse é o poder de autoridade. Reconhece-lhe por toda a carga simbólica inscrita na pessoa do monarca – símbolo da continuidade do Estado, encarnação da Nação – e por toda sabedoria adquirida no posto: afinal, ele já conviveu com todos os políticos que governaram o país desde sua ascensão, seu conhecimento é grande, tem imenso valor.

E a *potestas*, o poder direto? Esse seria o poder com o qual o monarca, por exemplo, exerce o comando das Forças Armadas, representa o país no exterior, nomeia e exonera o Governo, dissolve a Câmara dos Deputados, convoca eleições, referendos e plebiscitos, concede honrarias, etc. A *potestas*, é claro, varia de país para país, de acordo com cada Constituição. No Japão, por exemplo, o monarca cumpre uma função meramente representativa: ele não tem a prerrogativa de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições.

Esse é, enfim, resumidamente, o poder real.

Mas continuando: onde reside a vantagem do regime monárquico?

Para falar disso, acho importante voltar a esse assunto, no qual toquei rapidamente: a questão da representação.

Acho que algo que ninguém pode negar é o fato de que, independentemente da dimensão da *potestas*, isto é, do poder constitucional do Rei, o que a figura do monarca sempre fez foi viabilizar uma representação simbólica da Nação mais eficaz do que a qualquer presidente da República pode ser capaz de oferecer.

Por quê?

Primeiro porque o monarca, ascendendo ao trono pelo nascimento, não sendo candidato, não sendo eleito, não tendo partido nem eleitores, não sendo nem ele mesmo um eleitor, é o único capaz de representar ou mesmo encarnar a figura do Estado.

O presidente, sabemos, sendo um político, é eleito e membro de um partido, de uma facção. Inegavelmente, porque é eleito, tenderá a representar apenas aquela parcela de eleitores que o elegeu, e dificilmente vai atribuir para si a representação dos que não votaram nele. Ele pode, obviamente, reivindicar a representação do conjunto da Nação. Mas o poder oriundo de uma eleição fica, por consequência do fato, vinculado à parte que vence. “É o

poder dos vencedores sobre os vencidos”, como diz Mário Saraiva. Isso restringe, limita a função representativa.

Já o monarca, por não ser eleito e estar acima das divergências partidárias, é figura de unidade. Por que o que são as eleições senão promotoras de divisão? Não foi isso que os analistas políticos disseram de 2014, que o país saíra dividido daquele pleito? Colocar a representação da nação sob uma figura que é eleita é extremamente problemático.

Além disso, o fato da vitaliciedade e da hereditariedade confere uma aura de autoridade à figura real que político algum é capaz de oferecer. “O monarca, se pela sua função vitalícia já preenche uma geração, pela ascendência e pela descendência, anda intrinsecamente ligado na extensão do tempo”, como bem diz Saraiva. A sua história e a história dos seus antepassados confunde-se com a história da Pátria, e por isso ele encarna verdadeiramente a Nação. Outro dia vi, no Facebook, um monarquista relatar o quão emocionado ficou ao apertar a mão de S.A.R. o Príncipe Dom Bertrand, ao conhecê-lo durante um encontro monárquico. Disse que sentiu apertar a “mão do Brasil, de muitos séculos”.

As pessoas tendem a achar que isso não é nada, mas é tudo. E em um país tão politicamente instável como o nosso, como bem notou o historiador José Murilo de Carvalho, a representação simbólica da Nação na pessoa de um monarca hereditário confere um grau de estabilidade ao sistema político “que nós não podemos ignorar”.

Enquanto os governos passam, o monarca fica. É símbolo de continuidade da Nação, e sendo ele vitalício, pode inspirar e conduzir um projeto nacional, visando às futuras gerações. Um presidente, por ter apenas o período referente a um mandato (quatro anos) para elaborar e executar seu programa, não pensa a longo prazo, mas sim nas próximas eleições. Como quer deixar a marca de seu próprio projeto, muitas vezes interrompe o de seus antecessores. O monarca valoriza os projetos de longo prazo, e não tem interesse em interromper programas de governos. Preocupa-se em conservar a boa governança porque sabe que pode por em risco o trono, tanto o seu quanto o de seu filho.

Não é por menos que o Brasil está como está.

Pensando nisso tudo, vejo como é sempre mais clara, nas monarquias constitucionais, a distinção entre Estado e Governo, mesmo em comparação com o parlamentarismo republicano, já que nele a chefia do Estado cabe sempre a um partido – o que, como bem notou o filósofo Renato Janine Ribeiro, “torna difícil distinguir o Estado, que é de todos, e o governo, que cabe a uma parte, ainda que hegemônica, da sociedade”.

A Monarquia tira o viés partidário das decisões de Estado. Esse é um dos fatores que atestam a superioridade do parlamentarismo monárquico sobre o republicano.

Defender o parlamentarismo monárquico implica ainda dizer: por que não o parlamentarismo republicano?

O problema leva-nos à discussão da questão das eleições. Claro está, para nós, que a Chefia de Estado seria mais bem representada por um chefe de Estado não eleito, por todos os motivos já elencados. Mas o método da eleição é mais persuasivo, não é mesmo? Em tese, escolher o melhor dentre as maiores personalidades públicas parece mais seguro e mais fácil do que esperar o resultado da educação de um governante predestinado para o cargo.

Aí é que está. Primeiro, quando falamos em “melhor” e “escolher”, nos colocamos no campo da pura teoria. Podem se apresentar ao país 10 ou mais nomes à presidência da República, mas quem os escolheu senão os diretórios dos partidos? E no caso desse processo, que critério se seguiu? Ora, que outra preocupação move os partidos que não a de fazer eleger um candidato conveniente aos interesses do seu agrupamento? Então, a verdade é que não escolhemos nada, mas sim somos sempre levados a optar entre o mal menor e o mal maior.

E mesmo que, na melhor das hipóteses, se elegeisse dentre todos os candidatos um homem ilustre, e mesmo de caráter reconhecido, o que garantiria que ele seria um bom Chefe de Estado? Muitos homens ilustres na sua atividade profissional têm falhado como governantes.

Estar apto a desempenhar um cargo como a Chefia de Estado pressupõe uma preparação adequada a essa, o que somente o monarca possui. Desde criança até ser homem feito, o Príncipe recebe uma educação adequadamente voltada à sua missão. A sua vida como Príncipe por só já é uma verdadeira escola, aonde ele vai conhecendo os homens públicos nas suas qualidades, nos seus defeitos; aprende a ponderar e a resolver os negócios do Estado, tudo em intimidade diária com o seu pai, o monarca, como bem nos diz Saraiva. A instrução que ele recebe, no aspecto escolar, pode não ser distinta da que recebem os seus súditos, ou da que um de seus súditos pode receber, mas a grande questão é que o monarca tem uma educação voltada, sobretudo, ao respeito de determinados princípios: o da imparcialidade, o da neutralidade, o da promoção da justiça, do respeito à coisa pública...

Nós podemos pensar que a experiência obtida em posições de mando em um ou mais governos constitua uma boa preparação para o cargo e também que as batalhas travadas no



Parlamento sirvam de suficiente escola. Entretanto, a chefia do Estado é totalmente diferente, tanto nos meios quanto nos fins, de uma direção ministerial.

Como diz Mário Saraiva, a Chefia do Estado requer, além de “uma especialização em conhecimentos gerais, um apurado senso prático”, flexibilidade, “um agudo sentido de equilíbrio e, sobretudo, o domínio e alguma abstração do eu para poder interpretar a consciência pública e encarnar o sentimento coletivo”.

Como demonstram os fatos, parece que não é bem isso que os políticos aprendem no cotidiano da política, não é mesmo?

Eu mencionei antes que a função do monarca é a de atuar como árbitro, moderador do sistema político.

Costuma-se dizer que o Parlamentarismo é um sistema de controles mútuos. Uma das características do sistema é a interdependência entre Executivo e Legislativo, já que o gabinete de governo reflete a maioria parlamentar. Como o Chefe de Governo é eleito indiretamente; quando há perda de apoio parlamentar, basta um *voto de desconfiança* do Parlamento para que se troque o Governo, o que ocorre então sem grandes traumas às instituições e ao processo democrático.

Mas digamos que ocorra uma situação peculiar, como a que o Brasil vive atualmente, com um presidente da República extremamente impopular, contudo muito sólido no seu cargo. Em uma situação de promiscuidade entre Poder Executivo e Legislativo como essa, com os jornais mostrando o presidente obtendo o apoio do Parlamento por meio da concessão de verbas e cargos para parlamentares, sem nenhuma consideração pela coisa pública, em meio a grande insatisfação popular, caso estivéssemos vivendo sob uma Monarquia Parlamentarista, o Imperador, cumprindo seu papel de árbitro do sistema político, já poderia ter demitido o chefe de Governo, dissolvido o Parlamento e convocado novas eleições, permitindo que o povo escolhesse novos representantes, em garantia da estabilidade da Nação.

Nesse sentido, que garantia nos daria o Parlamentarismo Republicano, onde o Chefe de Estado é eleito, e, portanto, sujeito aos problemas de sua posição? Caso vivêssemos num sistema parlamentarista republicano e o presidente da República fosse do mesmo partido do primeiro-ministro, ou estivesse de alguma forma, metido numa relação promíscua como essa, o país não teria como fugir da situação, até que, depois de grande instabilidade e o país em frangalhos, divisões internas levassem um dos lados a declarar guerra contra o outro,

promovendo, enfim, após grande abalo institucional, a queda do gabinete acompanhada ou não de novas eleições. No Parlamentarismo Monárquico, um quadro como esse poderia ser evitado.

Por outro lado, estando dois partidos inimigos no poder, um na Chefia de Estado e outro na de Governo, não poderia também o país correr o risco de ser submetido a um conflito iminente, caso o presidente da República tentasse inviabilizar o Governo do primeiro-ministro?

O Parlamentarismo é um sistema de controles mútuos, mas ele não é perfeito. Nem mesmo o Parlamentarismo Monárquico, contudo, ele propicia, melhor do que o Parlamentarismo Republicano, condições bem maiores de harmonia política.

Em outra situação hipotética, em que o Parlamento aprovasse sucessivos votos de desconfiança contra os gabinetes, provocando uma crise institucional, o monarca poderia dissolvê-lo, convocando novas eleições, dando oportunidade ao povo (que responderia através das urnas) se aquele Parlamento irresponsável merece de fato sua confiança. O monarca seria, assim, fundamental para garantir que o Parlamento fosse responsável, assegurando funcionalidade ao sistema parlamentar de governo.

“Mas uma Monarquia seria extremamente custosa ao erário público”, diria o cidadão ainda não convencido.

Geralmente, por toda a pompa que é característica de algumas, a Monarquia é acusada de ser mais cara do que a República. Mas uma coisa não tem relação com a outra. O jornal O Globo, por exemplo, mostrou recentemente que a presidência da República custou aos brasileiros nada menos que o dobro do que os britânicos gastaram com a Rainha Elizabeth em 2015<sup>6</sup>. Claro que o Brasil não é o Reino Unido, há diferenças de toda ordem, mas também não é intrínseco ao regime monárquico ser caro ou pomposo. Exemplo contemporâneo disso é a Espanha.<sup>7</sup> Exemplo passado, a própria Monarquia brasileira, onde sobressai o exemplo de Dom Pedro II, que manteve por 49 anos o mesmo orçamento para a Casa Imperial, rejeitando todas as propostas de aumento que o Parlamento por vezes vinha lhe oferecer.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> CASADO, José. *Dilma custa aos brasileiros o dobro da rainha Elizabeth II para os britânicos*. O Globo, Rio de Janeiro, 18 out. 2015.

<sup>7</sup> Monarquia mais barata da Europa, a Espanha custou aos espanhóis, em 2010, cinco vezes menos o que os portugueses, seus vizinhos, gastaram com a presidência da República, revelou jornal português em matéria (*Presidência custa 5 vezes mais que a casa Real espanhola*. Diário de Notícias, Lisboa, 16 abr. 2010).

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 100.

## Uma esperança

Concluindo, eu quero por fim destacar que não entendo a Monarquia como aquele regime que vai resolver todos os problemas do Brasil, como um remédio que, milagrosamente, vem curar todos os males. Como Sua Alteza Real o Príncipe Dom Antonio certa vez disse, quem vai solucionar o problema político do Brasil é o próprio brasileiro. Mas a Monarquia, por todas essas qualidades que eu procurei mencionar, pode ajudar muito o cidadão brasileiro a retirar o país da situação lamentável em que ele se encontra.

Assim, a Monarquia é um caminho para a solução, e não propriamente “a” solução.

Por isso eu tenho dito que a restauração da Monarquia é a primeira reforma política. Por quê? Porque ela é a mais fundamental, mas não a única, ela por si mesma não basta: a ela, deve seguir toda uma série de reformas no âmbito do sistema político, como, por exemplo, a da adoção do voto distrital, fundamental para que o Parlamento seja representativo; a cláusula de barreira, para acabar com os partidos de aluguel e dar mais personalidade a essas agremiações; a revisão do pacto federativo, com concessão de mais poder aos municípios e por aí vai.

Assim é que o caminho para se solucionar o problema político vai se estabelecer.

Lembrando as palavras ditas por Dom Bertrand durante entrevista concedida ao apresentador Danilo Gentili, eu queria deixar, como uma palavra de esperança, que nós não nos deixemos ater, como bem colocou o Príncipe, pelos aspectos superficiais do Brasil. Em primeiro lugar, dizer que o problema do Brasil é o brasileiro, ou que o brasileiro não sabe votar, não leva a nada. Corrigir o sistema de modo a conciliar a racionalidade individual do brasileiro com as aspirações coletivas é que é, além de mais produtivo, o correto. No mais, o Brasil é um país de enormes potencialidades. Nós temos tudo para estar no concerto das grandes nações. Só depende de nós.

Obrigado.

## Referências<sup>i</sup>

ALMEIDA, João Gomes de. *Monárquico sem vergonha – um ideal em três pontos*. Lisboa, 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://oamornostemposdablogosfera.blogs.sapo.pt/9218.html>>. Acesso em 5 out. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Esse debate é real*. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 349-355.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *O que é parlamentarismo monárquico*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

SARAIVA, Mário. *Razões reais*. Lisboa: Universitária Editora, 2002.

---

<sup>i</sup> Livros/artigos cujos autores foram diretamente citados no texto.